

# AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS 2016-2017

## AGRUPAMENTO DE ESCOLAS N.º 2 DE ABRANTES

### RESPOSTA AO CONTRADITÓRIO

#### ANÁLISE DO CONTRADITÓRIO

A equipa de avaliação externa analisou o contraditório apresentado pelo Agrupamento de Escolas N.º 2 de Abrantes na sequência da intervenção realizada entre 21 e 25 de novembro de 2016, que mereceu a sua melhor atenção. Procede-se, de seguida, à análise dos aspetos contraditados, pela ordem em que se apresentam no contraditório.

#### Ponto prévio

Sublinha-se o entendimento do Agrupamento quanto à *análise efetuada pela equipa de avaliação externa, assim como as suas sugestões e propostas*, congratulando-se a equipa por estas estarem a ser encaradas pela comunidade educativa do Agrupamento (...) como muito relevantes para o processo de autoavaliação que temos vindo a implementar com vista à melhoria do serviço educativo que prestamos.

No que se refere à afirmação, *dado que não concordamos com todos os fundamentos apresentados para justificar as classificações atribuídas, designadamente no domínio “Prestação de Serviço Educativo”, e embora tenhamos a perceção da reduzida probabilidade de ver alteradas essas classificações*, importa esclarecer:

A presente avaliação integra o segundo ciclo de avaliação externa das escolas que dá continuidade ao anterior. Regista-se uma evolução relativamente ao mesmo, com o propósito de o tornar mais robusto e consistente. Com este objetivo, destaca-se a análise contextualizada dos resultados académicos, suportada na recolha e no tratamento de dados estatísticos realizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Ora, neste sentido, se por um lado os resultados espelham o progresso das aprendizagens dos alunos, por outro permitem-nos também analisar qual o impacto do trabalho desenvolvido pelas escolas/agrupamentos, em particular no que aos docentes se refere, naqueles resultados.

Contudo, o relatório de avaliação externa e, por sua vez, a classificação atribuída a cada domínio não assentam apenas na análise contextualizada dos resultados dos alunos. Efetivamente, a fundamentação de cada domínio e campo de análise, bem como a sua classificação derivam da triangulação da informação recolhida através das diversas fontes e da interpelação efetuada nas entrevistas de painel (com elementos representativos da comunidade educativa).

A metodologia utilizada para recolha dessa informação é vasta, inclui análise documental e de dados estatísticos, aplicação de questionários de satisfação (a alunos, pais e encarregados de educação e trabalhadores docentes e não docentes) com análise dos respetivos resultados, bem como observação (nomeadamente de instalações, equipamentos e ambientes educativos) e contactos com diferentes intervenientes do processo educativo.

A equipa cumpriu os procedimentos e aplicou a metodologia prevista para obter a informação que está na base dos juízos avaliativos apresentados, espelhando estes as diferentes evidências recolhidas. Toda a informação foi confrontada com as restantes fontes previstas na metodologia da atividade, para que se perceba o seu real impacto na vida do agrupamento avaliado.

Em síntese, a *reduzida probabilidade* de alteração nas classificações atribuídas reside apenas e só no facto de estas resultarem das evidências recolhidas, as quais foram devidamente fundamentadas.

Tal como é referido no contraditório, a equipa visitou também a Escola Básica António Torrado, pelo que esta passará a constar na referência às escolas visitadas.

## 1 – Resultados

Refere-se no contraditório que, *A análise dos resultados escolares não é feita apenas “com base em relatórios produzidos pela secção de avaliação do conselho pedagógico”*. Esta asserção, constante da página 3 do projeto de relatório, resulta da relevância que foi dada aos referidos relatórios durante as entrevistas de painel. A equipa pretendia sublinhar o trabalho realizado pela secção de avaliação do conselho pedagógico, não desvalorizando os restantes procedimentos. Contudo, face ao contraditório, entende-se que a asserção pode ser redutora, pelo que será alterada.

A afirmação “Contudo, a oferta de cursos profissionais é limitada e não tem tido grande adesão da comunidade escolar”, constante na página 5 do projeto de relatório, merece a seguinte observação no contraditório: *afigura-se-nos injusto imputar unicamente ao agrupamento a responsabilidade pela limitada oferta de cursos profissionais*. Esclarece-se que esta é apenas uma constatação que complementa a afirmação anterior, segundo a qual “A diversificação da oferta formativa tem tido alguma expressão, destacando-se o ensino especializado da música em regime integrado”. Efetivamente, da informação recolhida, a equipa concluiu que o ensino especializado da música em regime integrado tem grande procura, ao contrário dos cursos profissionais. É esta situação que está relatada no parágrafo em causa, não se podendo extrair daquela asserção qualquer *imputação de responsabilidade*.

## 2 – Da Prestação do Serviço Educativo, da Liderança e Gestão

### 2.1. Planeamento e Articulação

No que respeita ao campo de análise Planeamento e Articulação, afirma-se no contraditório que [...] *A articulação curricular tem sido assumida como área a melhorar [...] Para desenvolver este processo complexo, o diretor e os coordenadores de departamento curricular entenderam que era necessário prepará-lo com tempo e sob orientação [...] Foi nosso entendimento que não podíamos querer fazer tudo ao mesmo tempo pelo que foram definidas prioridades. [...]*. O contraditório enumera ainda algumas atividades e projetos desenvolvidos neste âmbito, concluindo que [...] *estes projetos, para além de reforçarem e promoverem estratégias para uma transição de qualidade para o 1º CEB, preveem também que os docentes destes ciclos, e os técnicos de Terapia da Fala e de Psicologia envolvidos, trabalhem em parceria para uma melhor integração dos alunos. Face ao exposto, consideramos que não é dada relevância ao processo empreendido no agrupamento para, de forma participada, se construir uma eficaz e coerente articulação curricular, com o que discordamos*.

Relativamente à análise que a equipa faz da gestão articulada do currículo, as afirmações constantes do contraditório em nada contrariam o que se afirma no projeto de relatório quanto a ter sido iniciado trabalho neste âmbito e também quanto à necessidade de o intensificar e melhorar.

Efetivamente, as ações assinaladas no contraditório foram identificadas pela equipa, enquanto práticas que contribuem para a melhor integração dos alunos nos níveis de ensino subsequentes. Da mesma forma, são referidas medidas recentemente implementadas que têm em vista a melhoria da articulação curricular, o que, aliás, está em consonância com o referido no contraditório. No entanto, este

documento nada acrescenta quanto ao fundamental desta questão, ou seja, quanto à apropriação que os docentes fazem da importância de uma gestão curricular assente na análise e na gestão das orientações curriculares/currículo, de forma intencional e estratégica, com reflexos na sua ação em sala de atividades/aula.

É isso mesmo que a equipa constata nas páginas 5 e 6 do projeto de relatório quando afirma que, “[...] este trabalho conjunto não incide, de forma intencional e generalizada, na gestão e articulação curriculares nem tem subjacente um planeamento em termos de aprendizagens sequenciais e integradas [...]” e, porque se trata de analisar o trabalho realizado em termos de planeamento, acrescenta-se que “[...] os projetos curriculares de grupo e os planos de turma [...] não identificam os aspetos a ter em conta no desenvolvimento e gestão do currículo focados nas potencialidades e necessidades dos alunos ao longo do respetivo nível de ensino e na transição entre níveis/ciclos”.

Assim, a equipa reafirma que este é, pois, um trabalho a aprofundar, tendo em vista uma efetiva gestão das orientações curriculares e do currículo que promova a “(...) sequencialidade das aprendizagens e o desenvolvimento de competências ao longo do percurso escolar dos alunos”, tal como havia sido já identificado como ponto fraco numa das anteriores avaliações externas.

## **2.2. Práticas de ensino, monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens**

No que se refere ao domínio da Prestação do Serviço Educativo, o Agrupamento apresenta a sua discordância quanto a asserções constantes das páginas 6 e 7 do projeto de relatório e que dizem respeito a práticas docentes, em síntese:

- Papel essencialmente passivo de crianças e alunos na construção das aprendizagens, decorrentes de métodos de ensino centrados no professor;
- Implementação de estratégias de diferenciação pedagógica, aprendizagem cooperativa e recurso a metodologias inovadoras pouco evidentes;
- Menor recurso ao trabalho de projeto a nível curricular;
- Reduzida utilização dos meios informáticos disponíveis na promoção de ambientes estimulantes e favoráveis à aprendizagem;
- Necessidade de aprofundamento das competências das lideranças intermédias (trabalho colaborativo, articulação curricular, supervisão pedagógica);
- Não generalização da transmissão de informação de retorno aos alunos, enquanto estratégia de regulação dos processos de ensino e de aprendizagem;
- Necessidade de melhorar os mecanismos de monitorização das medidas de promoção do sucesso escolar;
- Inconsistência das taxas de sucesso daquelas medidas.

Reafirma-se que os relatórios de avaliação externa resultam da análise e cruzamento da informação recolhida a partir de diversas fontes. No que concerne à prestação do serviço educativo, para além da visita a diversos contextos de aprendizagem e das entrevistas realizadas, analisam-se diversos documentos de planeamento. Foi a partir da triangulação de toda esta informação que a equipa elaborou o projeto de relatório e fundamentou os juízos avaliativos contidos nesse documento, que traduzem as práticas e os procedimentos evidenciados pela generalidade dos docentes e não de um grupo ou de alguns. Assim, o que se afirma no contraditório nada acrescenta ao que a equipa ali refere. Aliás, até vem reforçar o entendimento da equipa nos vários aspetos contraditados.

Segundo o contraditório, (...) *é prática comum a várias disciplinas a solicitação de trabalhos de pesquisa, dramatizações e apresentações orais* (...) *é prática comum nas disciplinas experimentais o*

*recurso a trabalho prático/laboratorial/experimental que implica o envolvimento ativo dos alunos (...) em todas as salas de atividades do Pré-escolar existe uma rotina diária flexível, bem estruturada e coerente, organizada de acordo com os interesses do grupo (...) ao nível do 1º ciclo, os docentes recorrem a práticas pedagógicas diferenciadas no sentido de ajustar a ação educativa às capacidades e ritmos de aprendizagem individuais. São exemplos destas práticas as constantes dos Projetos “3 A’s” e “Campeões da Matemática”. Relativamente ao trabalho de projeto a nível curricular, também não concordamos com a afirmação de que “não é uma prática habitual”. Efetivamente, embora não seja desenvolvido pela totalidade dos docentes, é-o pela maioria, como estratégia diferenciada para dar cumprimento ao currículo. Os alunos trabalham assim, de forma cooperada, alguns componentes do currículo: definem o que querem trabalhar, planificam, fazem investigação para encontrar a informação, compõem o trabalho final e depois apresentam aos colegas da turma e às outras turmas (...). [Negrito nosso].*

Estas afirmações nada acrescentam à apreciação da equipa de avaliação externa. Efetivamente, foram recolhidas evidências que comprovam algumas das ações enunciadas. Contudo, são práticas comuns a várias disciplinas e **não a todas**; acontecem nas disciplinas experimentais, mas **não nas de caráter mais teórico**; decorrem de projetos, todavia, **não integram as rotinas dos docentes em termos de desenvolvimento curricular**; tal como acontece com a generalidade dos trabalhos de pesquisa – a maioria das vezes, não são realizados em contexto de atividade letiva, mas sim em termos de *trabalho de casa*.

Assim, a equipa mantém as conclusões anteriores, uma vez que, na generalidade, os docentes não utilizam, de forma intencional e estratégica, metodologias de trabalho ativas que tornem o processo de ensino e de aprendizagem significativo e estimulante.

Quanto à afirmação: (...) *consideramos injusto imputar ao agrupamento a responsabilidade por ser pouco generalizada a utilização das TIC como instrumentos de apoio ao ensino e às aprendizagens (...)*, o enfoque do contraditório foi colocado nas dificuldades relacionadas com a falta de recursos, por um lado, e no relato do número de requisições destes meios, por outro.

A equipa entende que não há qualquer imputação de responsabilidade ao Agrupamento, no sentido contraditado. Aliás, a equipa ressalva essas situações, pois refere que “Embora se verifiquem, globalmente, alguns constrangimentos no acesso a meios informáticos na sala de aula [...]”. Não há qualquer juízo avaliativo quanto à inexistência ou desadequação do material informático. O que a equipa avalia, isso sim, é a forma como são utilizados os recursos que existem, “[...] nos casos em que tal não acontece os recursos tecnológicos não são utilizados para criar ambientes estimulantes e favoráveis à aprendizagem. Também a plataforma *moodle* não é rentabilizada por todos os docentes e disciplinas enquanto ferramenta educativa [...] a sua utilização enquanto instrumentos de apoio ao ensino e às aprendizagens pode ser mais generalizada” (pp. 6, 7 e 10 do projeto de relatório).

O contraditório não vem, pois, acrescentar nada de novo relativamente ao recurso aos meios informáticos enquanto potenciadores de práticas docentes estimulantes e desafiadoras para crianças e alunos, transversais a todos os níveis e ciclos de educação e ensino, já que o projeto de relatório reflete juízos avaliativos sobre o trabalho desenvolvido em todo o Agrupamento e não apenas num determinado ciclo, nível, jardim de infância ou escola em particular.

Quanto ao acompanhamento da prática letiva, refere-se no contraditório que (...) *ocorre não só em sede de departamento, mas também em sede das áreas disciplinares e ao nível das equipas de professores que lecionam o mesmo ano de escolaridade, tendo sido desenvolvidas rotinas de trabalho colaborativo (...)* Para além do indicado acima, os membros de cada departamento participam

*ativamente nas respetivas reuniões e nas das diferentes áreas disciplinares as quais permitem: (...) É notório o trabalho de alargamento a **um cada vez maior número de docentes envolvidos no processo** de observação mútua de aulas (...) [negrito nosso].*

A equipa não desconhece a existência de subestruturas no âmbito dos departamentos curriculares que realizam as ações enunciadas. Contudo, o coordenador de departamento é o responsável pelo trabalho efetuado a este nível, não se vendo motivos para alterar o afirmado no projeto de relatório. Falar do acompanhamento da atividade letiva, seja em sede de departamento curricular, seja em sede de uma subestrutura, não significa que exista uma efetiva supervisão das práticas pedagógicas, tendo em vista o desenvolvimento profissional dos docentes e o desejável impacto na melhoria das aprendizagens dos alunos. Neste âmbito, foram recolhidas as evidências a que se deu o devido destaque na página 7 do projeto de relatório, ao afirmar “Releva-se a promoção da observação de atividades/aulas entre pares, embora aconteça apenas em regime de voluntariado”.

No entanto, só a efetiva supervisão, através da observação de aulas e de um processo de ação-reflexão-ação, ainda não implementado, contribui para a melhoria do desempenho profissional, pelo que a equipa reitera o que afirmou no projeto de relatório a páginas 7, “o facto de não se observarem práticas generalizadas de supervisão das atividades letivas, em contexto de sala de aula, compromete a monitorização da eficácia do processo de ensino e a melhoria generalizada dos resultados escolares.”

Segundo o contraditório (...) *Não partilhamos desta visão [da avaliação formativa] apresentada pela equipa uma vez que, tal como **consta no ponto 1 do Artigo 27.º Avaliação das Aprendizagens – do RIA** (...) tal como **consta nos Critérios de Avaliação aprovados pelo CP** no início do presente ano letivo, os professores utilizam instrumentos de avaliação diversificados, nomeadamente em situação de sala de aula, privilegiando a discussão de trabalhos individuais/grupo ou o diálogo, recorrendo à técnica de pergunta-resposta, utilizando para o efeito grelhas de registo. Os procedimentos descritos **visam naturalmente**, levar o aluno a fazer uma análise sobre a sua aprendizagem e a tomar consciência das suas dificuldades ou lacunas (...) Por sua vez esta autorregulação também ajuda o professor a planear e/ou a re/definir estratégias [Negrito nosso].*

A equipa não põe em causa que a avaliação formativa seja realizada. No entanto, não se recolheram evidências de que a mesma contribua de forma efetiva para a regulação dos processos de ensino e de aprendizagem, já que nesta modalidade se distinguem três etapas – a primeira visa a recolha de informações sobre o progresso dos alunos e identifica as suas dificuldades de aprendizagem, a segunda permite ao professor diagnosticar as causas dessas dificuldades e a terceira possibilita adaptar as atividades de acordo com a informação recolhida, flexibilizando e diversificando estratégias pedagógicas, no sentido de dar resposta à diversidade e especificidade de cada situação. Deste modo, a avaliação formativa está na base de práticas efetivas de diferenciação pedagógica, permitindo ao aluno conhecer-se e ao professor conhecer cada aluno. Ainda que tenham sido identificadas práticas de utilização de instrumentos de avaliação formativa, não foi evidenciado (através da análise documental e das entrevistas realizadas) que as mesmas contribuam efetivamente para a regulação do processo de ensino e de aprendizagem e para a generalização de práticas de diferenciação pedagógica, como já foi referido anteriormente.

No que respeita às medidas de promoção do sucesso educativo, invoca-se no contraditório, *importa referir que (...) Para além do trabalho colaborativo existente entre todos os docentes envolvidos na gestão dos programas, na realização das diversas modalidades de avaliação, na análise dos respetivos resultados e na tomada de decisões em relação à formação dos grupos de alunos de homogeneidade relativa, têm lugar reuniões com todos os docentes e as coordenadoras de cada uma das disciplinas assim como reuniões entre os diretores de turma das turmas envolvidas, o diretor, as coordenadoras do projeto*

e as coordenadoras dos departamentos de CEE e Línguas. **Todas estas reuniões têm como objetivo a monitorização do processo, a identificação de possíveis fragilidades e de formas de resolução (...)** [negrito nosso].

Mais uma vez, o referido no contraditório é do conhecimento da equipa de avaliação. Porém, os planos de turma analisados não identificam as estratégias de concretização e de desenvolvimento do currículo em função das especificidades dos alunos. Com efeito, as dificuldades diagnosticadas são apresentadas de um modo vago e as estratégias de superação estão, sobretudo, associadas a medidas de apoio, não contemplando uma conceção intencional e deliberada, orientadora de um conjunto organizado de atividades a desenvolver pelos docentes titulares ou pelo conselho de turma, para que os alunos consigam, de facto, ultrapassar as fragilidades identificadas. É neste sentido, que se afirma a páginas 8 do projeto de relatório que “o desenvolvimento destas medidas nem sempre é monitorizado, o que prejudica o conhecimento do efetivo impacto de cada uma delas na qualidade das aprendizagens e dos resultados”. Efetivamente, só um trabalho conjunto e articulado entre as atividades letivas e as medidas de promoção do sucesso podem desencadear a desejável melhoria.

Contudo, a equipa nunca disse que as medidas eram ineficazes, contrariamente ao que é mencionado no contraditório. O que se diz é que “não evoluíram de forma consistente, o que significa que poderá haver melhoria no trabalho a realizar com estes alunos” (projeto de relatório p. 8), facto que é indesmentível, tendo em conta as oscilações observadas nos resultados no triénio em análise.

Na página 10 do projeto de relatório refere-se que “não é habitual a realização de ações [de formação] dinamizadas internamente, rentabilizando as áreas de especialização dos trabalhadores docentes e não docentes, como forma de promover o desenvolvimento profissional e a melhoria das práticas”. Esta asserção é contraditada, afirmando-se que *não foram valorizadas as várias atividades de autoformação/sessões de formação interna inseridas nos vários planos de atividades ao longo dos últimos anos letivos, que têm permitido a criação de momentos formais de partilha de conhecimentos entre os docentes (apesar dos grandes constrangimentos de tempo), no âmbito dos diferentes departamentos.*

Para produzir o juízo avaliativo constante do projeto de relatório, a equipa recorreu, para além de outras fontes, aos dados fornecidos pelo Agrupamento durante a visita. Estes não evidenciam que tenham sido dinamizadas ações de formação interna em número significativo e que incidam sobre áreas com efetivo impacto na promoção do desenvolvimento profissional dos trabalhadores. No entanto, face aos novos dados apresentados, embora apenas relativos a docentes, aquela asserção será reformulada.

## CONCLUSÃO

Face ao exposto, a equipa mantém as classificações atribuídas, introduzindo no texto do projeto de relatório as alterações seguintes:

### 1- Introdução (página 1, § 5)

**Onde se lia:** “A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, a Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, a Escola Básica e o Jardim de Infância de S. Miguel do Rio Torto e a Escola Básica de Chainça, também com educação pré-escolar”, **passou a ler-se:**

“A equipa de avaliação externa visitou a escola-sede do Agrupamento, a Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, a Escola Básica e o Jardim de Infância de S. Miguel do Rio Torto e as escolas básicas de Chainça e António Torrado, ambas com educação pré-escolar”.

## **2 – Campo de análise Resultados Académicos (página 3, § 7)**

**Onde se lia:** “A análise dos resultados académicos é realizada pelas diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, com base em relatórios produzidos pela secção de avaliação do conselho pedagógico”, **passou a ler-se:**

“A análise dos resultados académicos é realizada, com regularidade e a diversos níveis, pelas diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica.”

## **3 – Campo de análise Gestão (página 10, § 2)**

**Onde se lia:** “Contudo, não é habitual a realização de ações dinamizadas internamente, rentabilizando as áreas de especialização dos trabalhadores docentes e não docentes, como forma de promover o desenvolvimento profissional e a melhoria das práticas”, **passou a ler-se:**

“São dinamizadas ações internamente, sobretudo destinadas aos docentes, que promovem a partilha de experiências e conhecimentos.”

Área Territorial de Inspeção do Sul  
12-07-2017

A Equipa de Avaliação Externa: Dulce Campos, Marisa Correia e Marisa Janino Nunes